



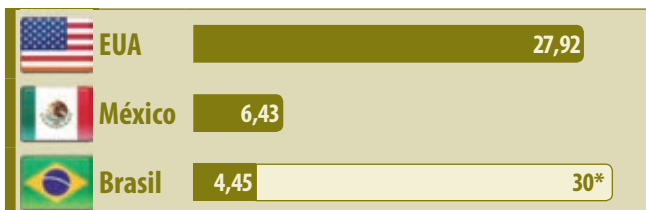
## Política Nacional de Irrigação vai a Plenário em regime de urgência

Após 17 anos de discussão, projeto foi aprovado ontem na CRA e pode ajudar o país a ampliar a

agricultura irrigada, que responde por 46% do consumo de água e melhora a produtividade. **7**

### Potencial de crescimento

Área irrigada no Brasil é menor que a do México, mas pode aumentar quase sete vezes, segundo o Censo Agropecuário 2006 (em milhões de hectares)



\*solos aptos para a agricultura irrigada

## Encarte retrata evolução da Gráfica do Senado

ESPECIAL JORNAL DO SENADO



# Produto nacional tem uso garantido em obras do PAC

Moreira Manz/Agência Senado



Senadores debatem em Plenário aspectos da MP que incentiva produção nacional

Senado aprova texto de medida provisória que determina a preferência e permite regime diferenciado de contratações para o SUS

Segue para sanção o Projeto de Lei de Conversão 24/12, que estimula o desenvolvimento tecnológico ao estabelecer utilização de produtos e serviços nacionais em obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

O texto aprovado ontem, que tem origem na Medida Provisória 580/12, recebeu críticas de senadores da oposição porque também possibilita a flexibilização de licitações e contratos do Sistema Único de Saúde, como já acontece para obras da Copa do Mundo, com o regime diferenciado de contratações. **3**

Oposição ameaça barrar votação do Orçamento **2**

Relatório da CPI do Cachoeira será votado na terça-feira **6**

Audiência discute projetos trabalhistas que não avançam **8**

Veto de Dilma ao texto dos royalties divide senadores **5**

Genildo Mangel/Agência Senado



O ministro da Fazenda, Guido Mantega, fala aos senadores em audiência: governo empenhado em acabar com guerra fiscal entre estados

Mantega defende ICMS único de 4% e compensações

Ministro da Fazenda afirmou que guerra de benefícios fiscais entre estados traz mais perdas do que ganhos. **4 e 5**



Para não tentar impedir votação de relatórios setoriais no prazo previsto, até o dia 22, partidos de oposição exigem do governo pagamento de emendas parlamentares de anos anteriores e deste ano

# Obstrução pode prejudicar proposta orçamentária 2013

PARTIDOS DA OPOSIÇÃO anunciaram ontem que vão obstruir as votações na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Uma das principais reclamações desse grupo, ao qual se juntou o PDT, da base do governo, diz respeito à liberação de recursos para as emendas parlamentares.

Se não houver acordo, a obstrução poderá impedir a votação dos relatórios setoriais no prazo previsto, que termina dia 13, e prejudicar a aprovação da proposta orçamentária para 2013 (PLN 24/12), que deveria ocorrer antes do dia 22.

O deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) foi um dos

primeiros a anunciar a obstrução. Ele disse que uma das condições para evitá-la é o pagamento das emendas parlamentares de anos anteriores e deste ano. O deputado defendeu o comprometimento com determinados gastos no Orçamento de todas as emendas apresentadas à proposta orçamentária de 2013.

— O Orçamento é usado para pressionar parlamentares nas votações que são do interesse do governo. Não se pode permitir que o Orçamento seja instrumento de pressão política — disse Queiroz.

O deputado Felipe Maia (DEM-RN) tem opinião

semelhante. Ele disse que existe um completo desrespeito do Planalto com a CMO, o que incluiria quebra de compromissos sobre emendas da base do governo e da oposição. Maia frisou que, se for necessário, a obstrução será feita mesmo que isso adie para o próximo ano a votação da proposta orçamentária de 2013.

— A base do governo tem de se mobilizar para pressionar o Palácio do Planalto para que seja dado tratamento igualitário à base e à oposição — argumentou Maia.

Os partidos da oposição que anunciaram a obstrução são o PSDB, o DEM e o PPS.



Paulo Pimenta (C), presidente da comissão mista, faz reunião e pretende obter acordo

## Relator-geral, Jucá acredita em entendimento

O presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), ressaltou que a obstrução só acontece quando há votação, o que ainda não ocorreu esta semana.

— O anúncio da oposição foi político — disse Pimenta, acrescentando que acredita em acordo com o governo.

O relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), também disse acreditar em um entendimento, “que tem de ser feito o mais rapidamente possível”.

Ele destacou que é legítima a cobrança dos parlamentares em relação às emendas, mas também observou que o governo enfrenta dificuldades devido à conjuntura econômica. Relator de Receitas da proposta orçamentária, o deputado Cláudio Puty (PT-PA) concordou sobre a dificuldade.

Pimenta lembrou que a votação dos relatórios setoriais, que se referem a dez áreas temáticas, está prevista para acontecer entre os dias 11 e 13. Sobre as dificuldades da

CMO para promover as votações, apesar de a base aliada ser majoritária, disse que houve um fato novo devido à articulação da oposição com o PDT. Ele também disse que se um partido da base declara que fará um movimento com a oposição contra o governo, o assunto foge à alçada da CMO.

— Esse é um assunto que está muito acima da minha esfera. Há pessoas dentro do governo que devem analisar a conduta a ser adotada — afirmou Pimenta.

## Brasil faz propostas na Conferência Mundial de Telecomunicações

A delegação brasileira na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais, que acontece nos Emirados Árabes, apresentou propostas ontem, segundo dia do encontro, que vai até o dia 14.

O comitê brasileiro aceitou três sugestões de Walter Pinheiro (PT-BA), que integra a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e faz parte da delegação. As propostas do senador alteram os regulamentos internacionais de

telecomunicações e tratam do uso das telecomunicações para a cidadania, como serviços de socorro e de emergência, que são fundamentais na prevenção de tragédias. Outro destaque é o estabelecimento de cooperações para trazer mais acesso a educação, saúde e outros serviços de inclusão, como serviço de pagamentos bancários por celular.

— O documento final vai definir os princípios gerais para a prestação de serviços



Pinheiro apresentou três sugestões à delegação brasileira no evento

e exploração das telecomunicações internacionais. As novas regras vão estabelecer as bases para a inovação e o crescimento. Um dos maiores desafios da conferência será também o problema-chave da governança da internet — disse Pinheiro.

## Mozarildo pede prioridade para o plano de fronteiras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a fazer um apelo à Mesa do Senado para que inclua na ordem do dia o PLS 380/12, que trata das diretrizes da política de fronteiras no Brasil. O projeto foi elaborado pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da qual o senador é presidente.

Ele disse que conversará com o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), para convencer o Executivo dos benefícios da proposta, na qual a subcomissão trabalhou durante dois anos.

Como exemplo das desigualdades regionais, Mozarildo citou texto da revista *Veja* sobre as condições dos



Senador faz apelo para que projeto seja incluído na ordem do dia

estados para atrair investimentos estrangeiros. Segundo ele, estados do Sul e do Sudeste ocupam as primeiras posições na lista, enquanto Roraima, Maranhão, Piauí e Amapá estão nas últimas colocações.

O senador acrescentou que Roraima, estado dele, ocupa os últimos lugares em vários dos quesitos analisados.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### CONGRESSO Créditos extraordinários

**12h30** Votação de 48 projetos de lei que liberam R\$ 30 bilhões em créditos orçamentários para órgãos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

#### PLENÁRIO Profissão de taxista

**14h** Entre os itens da pauta, em regime de urgência, está o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 253/09, que regulamenta a profissão de taxista.

#### PRESIDÊNCIA Ordem do dia

**16h** O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

#### CAS Dedução do IR

**9h** A Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que garante às empresas a dedução no Imposto de Renda dos valores aplicados no financiamento da formação profissional dos empregados.

#### CCT Logos on-line

**9h** Projeto que proíbe empresas de cartões de pagamento de autorizar na internet transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil está em votação. Comissão examina ainda projetos autorizando serviços de radiodifusão.

#### CCJ Álcool e direção

**10h** Tolerância zero para condução de veículo sob efeito de álcool é o que prevê projeto na pauta da comissão. Outra proposta reduz a maioria penal de 18 para 16 anos para crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo.

#### CE Educação básica

**10h** A comissão realiza audiência pública dentro do ciclo de debates sobre federalização da educação básica, hoje dividida entre estados e prefeituras.

#### CAE Preços dos carros

**10h30** A comissão realiza audiência pública para discutir as razões dos altos preços dos veículos automotores no país e medidas para solucionar o problema.

#### CORAL DO SENADO: Final de ano

**11h30** Como parte das comemorações de final de ano, o Coral do Senado fará apresentação no foyer entre as Alas Teotônio Vilela e Tancredo Neves.

#### CDR Casas populares

**14h** Comissão vota projeto que concede aos municípios carentes incentivos para a construção de habitações populares. Proposta autoriza União a reduzir ou dispensar contrapartida financeira de prefeitura.

#### CCJ/CMA/CI: Operação da PF

**14h30** As três comissões promovem audiência pública para ouvir o advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a Operação Porto Seguro.

#### CMO Prestação de contas

**14h30/18h/20h** A Comissão Mista de Orçamento tem três reuniões marcadas para examinar a pauta, da qual constam relatórios de prestação de contas do governo federal, entre outros assuntos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.





Durante votação em Plenário, senadores discutem aspectos da medida provisória que determina utilização de produtos e serviços de origem nacional nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento

## Senado aprova preferência a produto nacional no PAC

Segue para sanção texto derivado de medida provisória que também garante regime diferenciado de contratações para despesas do Sistema Único de Saúde com obras e serviços de engenharia

PRODUTOS E SERVIÇOS nacionais terão preferência nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), segundo a Medida Provisória 580/12, aprovada ontem pelo Senado como Projeto de Lei de Conversão 24/12. O texto já havia sido aprovado pela Câmara no dia 20 e agora segue para sanção.

De acordo com o projeto, a preferência será citada nos editais de licitação e contratos do PAC geridos por estados e municípios e com transferência obrigató-

ria de recursos financeiros da União.

Foi rejeitado requerimento de destaque apresentado por José Agripino (DEM-RN), Randolfe Rodrigues (PSOL-

AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) para votação em separado do artigo 4º, que abre regime diferenciado de contratações (RDC) para despesas do Sistema Único de Saúde

com obras e serviços de engenharia. Agripino argumentou que a falta de concorrência nos sistemas de saúde é “uma porta aberta para a prática do

ilícito e da convivência com a improbidade”. O uso do RDC na saúde foi a única mudança incluída na MP pelo relator na Câmara dos Deputados, Afonso Florence (PT-BA), a partir de emenda de Pedro Uczai (PT-SC).

O projeto, aprovado na íntegra pelo Senado, autoriza também a prorrogação, durante 12 meses, de contratos com trabalhadores temporários firmados pelo Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). Essa empresa pública federal atua no setor de microeletrônica e semicondutores, sob controle do Ministério da Ciência e Tecnologia.

**Requerimento de voto em separado para item sobre contratações na saúde foi rejeitado**

**Em vez de ir para o Plenário do Senado, proposta passará antes por comissões**

## Copa também tem regime diferenciado

O regime diferenciado de contratações é aplicado atualmente às obras do PAC, das Olimpíadas de 2016, das Copas do Mundo (2014) e das Confederações (2013) e do setor educacional. O regime reduz prazos de recursos nas licitações e permite a contratação integrada, quando uma única empresa fica responsável pela obra, dos projetos básico e executivo até a entrega em pleno funcionamento.

Segundo a MP, os editais de licitação e os contratos relacionados ao PAC poderão exigir a compra de manufaturados e serviços nacionais em setores específicos que serão definidos pelo Executivo. Regras para caracterizar produtos e serviços como nacionais serão apresentadas na regulamentação, com normas técnicas sobre a fabricação e o percentual mínimo a ser adquirido.

A exigência de produtos e serviços nacionais já existe em outras situações: exploração e produção de petróleo e gás natural; direito a benefícios fiscais no novo regime automotivo; e para acesso a linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O uso do poder de compra governamental é uma ferramenta importante para o crescimento econômico porque estimula o desenvolvimento produtivo e tecnológico. Em obras e serviços geridos por estados e municípios devido à transferência obrigatória de recursos do PAC, a exigência de compra mínima pode ser estipulada no termo de compromisso com a União.

O governo prevê alocar, no chamado PAC Mobilidade Urbana, cerca de R\$ 32 bilhões em 51 cidades brasileiras. As

prefeituras contempladas terão 18 meses para apresentar projetos executivos das obras.

A contratação da Ceitec sem licitação por órgãos públicos já está prevista na Lei de Licitações (Lei 8.666/93), mas o Executivo quer deixar explícito na lei que criou o Ceitec (Lei 11.759/08). Essa empresa produz, por exemplo, microchips usados na pecuária para o rastreamento do gado e pela Casa da Moeda na confecção dos passaportes.

Ainda sobre a Ceitec, a MP permite a prorrogação, por 12 meses, de contratos com trabalhadores temporários firmados em 2009 para dar início aos trabalhos da empresa. Esses contratos de trabalho já foram prorrogados uma vez.

Em 2012, a Ceitec realizou concurso público com previsão de que os novos funcionários assumam em 2013.

## Senadores retiram urgência de projeto que faz mudanças no Ecad

Os senadores derrubaram a urgência na votação do projeto que cria um novo sistema de gestão coletiva de direitos autorais (PLS 129/12). Procurados por um grupo de artistas favoráveis à manutenção do trabalho do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) da forma como é atualmente, os líderes partidários decidiram levar a proposta para as comissões, a fim de promover um debate mais amplo.

O PLS 129/12 é fruto da CPI do Ecad, criada em 2011 para investigar denúncias de irregularidades praticadas pela entidade na arrecadação e na distribuição de recursos oriundos do direito autoral de músicas. A CPI identificou práticas como cartel e monopólio na atuação do escritório e propôs mudanças.

O projeto — elaborado pelos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-RJ) e Lindbergh Farias (PT-RJ), presidente e relator da CPI, respectivamente — cria regras de transparência e eficiência para o Ecad.

A proposta transfere do Ministério da Cultura para o Ministério da Justiça todas

as questões relativas à gestão dos direitos autorais e prevê que as emissoras de rádio e TV devem disponibilizar na internet planilhas com a relação completa das músicas executadas.

O projeto apresentado pela CPI foi comemorado por músicos e compositores que cobravam mais transparência do escritório. Entretanto, recebeu críticas do Ecad.

O grupo de artistas pediu aos senadores que o projeto não fosse apreciado em regi-

me de urgência — como havia sido definido em novembro pelo Plenário. Sugeriram que tramitasse pelas comissões para ser analisado com cuidado.

— Todos [os líderes] entendemos que não fazia mais sentido manter a urgência. Vamos discutir mais, colocar a questão em fevereiro e, com calma, achar o caminho que atenda a todos os artistas — disse o vice-líder do governo, Gim Argello (PTB-DF).

Em fevereiro, o PLS 129/12 será analisado pelas comissões, que realizarão audiências e debates. A retirada da urgência teve o aval dos autores da proposta. Das comissões, irá para o Plenário.



Gim Argello, Acir Gurgacz e José Pimentel: projeto passará por comissões



# Mantega defende unificação do ICMS compensação para estado que perder

Em audiência, ministro da Fazenda disse que guerra fiscal baseada nos diferentes valores do imposto provoca mais prejuízos para o país do que benefícios; para compensar estados que perderão arrecadação, governo federal propõe criar fundo com verbas que seriam enviadas mensalmente

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, defendeu no Senado a reformulação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele disse que o tributo estadual é considerado pelo setor privado o “mais problemático de todos” e tem gerado entraves ao desenvolvimento do país.

— Os subsídios oferecidos pelos estados geraram uma guerra fiscal. O conflito está instalado e a questão já foi judicializada. A guerra fiscal chegou ao esgotamento e prejudica a todos. Há mais desvantagens do que vantagens no oferecimento desses subsídios — disse Mantega, numa audiência realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela proposta do governo, a alíquota interestadual do ICMS seria unificada e reduzida de forma gradual para 4% em até oito anos. Atualmente, existem duas alíquotas interestaduais de ICMS — uma de

7%, que serve aos estados mais ricos, e outra de 12%, utilizada pelos mais pobres.

Além disso, haveria a criação de dois fundos: um para compensar os estados por perdas na arrecadação do ICMS e outro de desenvolvimento regional, para os estados mais pobres.

Para Mantega, a alíquota unificada acabaria com a atual insegurança jurídica. Ele lembrou que diversas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) estão no Supremo Tribunal Federal (STF), algumas já decididas a favor de estados que se consideram prejudicados pela guerra fiscal.

O ministro salientou que o novo modelo de ICMS criaria um cenário propício ao investimento e ao crescimento econômico.

Ele esclareceu que os subsídios já concedidos pelos estados teriam de ser validados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária



O ministro da Fazenda, Guido Mantega, fala em audiência pública sobre a unificação das alíquotas interestaduais do ICMS, ao lado de outros ministros.

(Confaz), que congrega as secretarias de Fazenda de todos os estados. O ministro deixou com a CAE duas alternativas para o projeto de resolução, tema de iniciativa e competência do Senado.

## Compensação

Mantega destacou que os fundos de compensação previstos vão operar por 16 anos, com aporte de

R\$4 bilhões no ano de implantação da reforma. O estado que perder arrecadação receberá crédito automático a cada mês.

— Será um fundo automatizado para não deixar os estados ficarem expostos a qualquer forma de arbítrio — explicou o ministro.

Já o fundo de desenvolvimento regional servirá para estimular investimentos nos estados mais

pobres após o fim da guerra fiscal. Segundo o ministro, será uma forma de estimular as empresas atraídas, “mas de forma legal”. Cada parcela de cada estado será decidida em lei, com financiamentos mais baratos baseados na contratação de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a TJLP.

Mantega se comprometeu

## Senadores dizem que mudanças no imposto prejudicarão caixa de estados

Senadores se disseram preocupados com a unificação do ICMS. O Amazonas, que tem a economia apoiada no polo industrial de Manaus, pode perder 81% das receitas de ICMS, segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM):

— Os incentivos com base no ICMS podem ser um problema, mas ao mesmo tempo têm sido a mais prática e eficiente política de desenvolvimento regional. Ainda, para nosso estado, contribuem para uma alternativa de desenvolvimento sem pressão sobre a floresta.

O governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, disse que seu

estado perderia R\$ 1,6 bilhão de uma arrecadação total de R\$ 5 bilhões de ICMS. Ele sugeriu duplicar o período de transição do atual para o novo modelo de cobrança, totalizando 16 anos.

Mantega esclareceu que as resoluções sugeridas ao Senado consideram as especificidades do Amazonas e de Mato Grosso do Sul.

Delcídio do Amaral (PT-MS), que coordenou o debate, informou que as discussões continuarão na terça-feira, com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e um secretário estadual de Fazenda de cada região.

## Ministro anuncia pacote de medidas para estimular construção civil

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, falou aos senadores do novo conjunto de medidas do governo para estimular a construção civil. Entre elas, está a desoneração da folha de pagamento de empresas do setor — estímulo de R\$ 2,85 bilhões anuais.

— A indústria da construção tem grande participação na geração de emprego e é importante para a infraestrutura do país. É preciso estimular o setor.

Segundo Mantega, os empregadores pagarão uma contribuição

de 2% sobre o faturamento bruto em vez dos atuais 20% aplicados sobre a folha a título de contribuição patronal ao INSS.

Apesar dos estímulos do governo, a economia brasileira reage lentamente e só cresceu 0,6% no trimestre encerrado em setembro. Ficou abaixo das expectativas, reconheceu Mantega.

— É natural um lapso de tempo para que [as ações do governo] exerçam sua eficácia, que demora de seis a oito meses. Quando há crise internacional, demora mais.

## Governo promete novo indexador

A dívida dos estados com a União foi um dos temas debatidos na audiência. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a solução sairá em poucos dias. O novo indexador dos contratos, o IGP-DI, por um índice menor para os estados. Em resposta, Mantega disse que a solução sairá em poucos dias.

De acordo com o ministro, o novo indexador poderá ser a taxa de juros neste momento em 7,25% ao ano. Com o IGP-DI, além da margem de 6% ou 7,5% atualmente aplicada aos contratos, os custos dos estados com a União vão aumentar de 13% a 16% ao ano.

## Dornelles propõe desonerar folha de empresas de comunicação social

Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu ontem que o Ministério da Fazenda inclua as empresas de comunicação social na política que vem promovendo de desoneração da folha de pagamentos.

O senador lembrou que o governo federal ampliou a lista de setores da indústria que passaram a contribuir para a previdência social com 1% da receita bruta em substituição à contribuição de 20% sobre o custo dos salários.

— Estou seguro de que a política de desoneração da folha de



Moneira Manz/Agência Senado

pagamentos contribuir para a superação das dificuldades enfrentadas na atualidade e resultará na geração de mais empregos e renda.

Dornelles destacou a importância do setor de comunicação social, não só pela intensiva mão de obra, mas pela função de informar e entreter os brasileiros.

Ele disse que as empresas do setor têm cadeia produtiva complexa, necessitam de contribuição de cerca de 150 funções regulamentadas e geram mais de 300 mil empregos diretos e indiretos.

## Aécio critica “profunda intervenção” do governo sobre setor elétrico

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) voltou ontem a criticar o governo federal pelo que chamou de profunda intervenção no setor elétrico “sem nenhum diálogo ou planejamento”. Segundo ele, a atuação

do governo pode provocar a insolvência das empresas de energia. A Medida Provisória (MP) 579/12 altera as regras das concessões e estabelece redução de até 20% da tarifa de energia a partir de 2013. Para o senador, a MP foi mera “propaganda política”, às vésperas das eleições municipais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aécio alertou o Congresso para a necessidade de debater o tema.

— Não é racional que uma medida que interessa ao país seja decidida pelo rolo compressor do governo sem que alternativas possam ser aqui discutidas.

O senador sugeriu que o governo torne extintos ou reduza tributos e encargos para diminuir a tarifa sem prejudicar a solidez das empresas e os investimentos do setor. Ele lembrou que a preocupação com a redução das tarifas é partilhada pelos estados.

## Vanessa quer mais medidas fiscais da Zona Franca de Manaus

Ao comentar em Plenário a proposta do governo de reduzir para 4% e unificar nacionalmente a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu os benefícios fiscais praticados pela Zona Franca de Manaus.

A senadora disse que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sinalizou tratamento diferenciado para a região em audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos.



# em 4% e receita



Genildo Magela/Agência Senado

do dos senadores Delcídio do Amaral e Lobão Filho

fiscal. debater com o Congresso o teor da medida provisória que servirá para instituir os fundos. Conforme explicou, a MP e o projeto do Senado tratando do ICMS devem “caminhar juntos”.  
— Gostaria que os senhores dessem toda a atenção e que fizessem os reparos. Todos vão lucrar. Temos uma postura republicana e não fazemos distinção de estado.

## para os próximos dias das dívidas com a União

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu projeto de sua autoria que converte 10% dos pagamentos anuais à União em investimentos no estado devedor.  
Lindbergh Farias (PT-RJ) comentou seu projeto que sugere a troca do IGP-DI pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada aos empréstimos do BNDES.  
Mantega indicou que não seria uma solução adequada, pois a TJLP não é um indexador, mas um “instrumento de política monetária”. Com a Selic, de qualquer modo, o ministro disse que “as dívidas vão crescer menos”.

## manter incentivos a Franca de Manaus

Vanessa disse que a garantia de alíquotas mais altas para o Amazonas é necessária para a sobrevivência econômica da região, que tem um modelo baseado na concessão de benefícios fiscais em conformidade com a Constituição.  
— Considero muito importante a observação inicial do ministro Mantega, porque, de acordo com os estudos dos impactos dessa possível mudança, o estado do Amazonas é o que mais perderia. Perderíamos aproximadamente 81% da arrecadação — afirmou.

# Veto a projeto dos royalties é debatido no Plenário

O veto parcial da presidente Dilma Rousseff ao projeto sobre redistribuição dos royalties do petróleo gerou ontem novo debate no Senado, opondo representantes de estados produtores e não produtores.  
A decisão da presidente barrou a divisão dos royalties entre os não produtores do

minério, mantendo inalterados os contratos em vigor.  
Já a Medida Provisória (MP) 592/12, que estabelece a destinação dos recursos do petróleo à educação para contratos assinados a partir de 3 de dezembro deste ano, foi publicada no *Diário Oficial da União* anteontem.

A MP determina que programas e projetos do setor recebam 100% dos recursos dos royalties recolhidos em futuros contratos sob o regime de concessão. No modelo de partilha, 50% dos rendimentos que vão compor o Fundo Social do pré-sal deverão ser destinados à educação.

As verbas serão acrescidas ao mínimo constitucional previsto para a educação: 18% da receita de impostos da União e 25% no caso de estados, DF e municípios. A medida será analisada por uma comissão de deputados e senadores antes de passar pela Câmara e pelo Senado.

## Para Lindbergh, Dilma mostrou equilíbrio na questão do petróleo

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou ontem em Plenário que o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto de divisão dos royalties do petróleo foi “equilibrado” e que derrubá-lo no Congresso fará com que a questão seja judicializada.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador apelou aos representantes de estados não produtores para que analisem a questão com cuidado, porque, na Justiça, eles podem perder o que já conquistaram: o aumento das participações na distribuição de royalties em contratos futuros.

Lindbergh destacou que, ao justificar o veto à mudança nos contratos de exploração de petróleo vigentes, a presidente ressaltou que os royalties são uma compensação financeira a estados e municípios produtores.

## Alvaro Dias avalia que governo não debateu e agiu de forma autoritária

Os vetos parciais à lei que redistribui os royalties do petróleo foram feitos “de maneira autoritária, submetendo o Congresso à condição de almoxarifado do Poder Executivo”, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador disse que a presidente Dilma não participou dos debates do projeto no Congresso e continua ausente às discussões sobre o novo pacto federativo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro disse que apresentará emenda à MP que destina 100% dos royalties para a educação, a fim de obrigar a União a cobrir eventuais prejuízos dos estados produtores com um novo modelo de partilha.

— A edição dessa medida caracteriza uma aberração jurídica, considerando que ela versa sobre matéria objeto de veto ainda pendente de apreciação pelo Congresso.

## Magno Malta afirma que presidente teve postura de estadista

Magno Malta (PR-ES) parabenizou a presidente Dilma por vetar a distribuição dos royalties de petróleo entre estados não produtores para contratos já firmados. Segundo ele, a postura da presidente foi de uma estadista que respeita a Constituição e garante a estabilidade jurídica no país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador disse que os royalties são pagamentos por problema ambiental que a exploração possa causar a estados e municípios produtores. Malta afirmou que, se o veto for derrubado, o Espírito Santo e o Rio de Janeiro vão comprar uma briga judicial.  
No discurso, ele também lamentou o assassinato do desportista capixaba Ademar Cunha, de 72 anos. Suspeita-se que um menor tenha cometido o crime.

## Dilma agiu como “guardiã da Constituição”, segundo Eduardo Lopes

O veto parcial à lei dos royalties foi “um ato de respeito à Constituição”, disse Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador manifestou esperança de que a análise do veto sirva para o Congresso refletir sobre a questão.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lopes ressaltou a atitude da presidente Dilma como “guardiã” da Carta Magna, avaliando que ela não teria vetado a proposta se seguisse apenas o viés político da questão. O senador considera pouco provável que o Congresso derrube o veto, mas espera que, se isso acontecer, o Supremo Tribunal Federal (STF) “respeite os direitos dos estados produtores e os contratos já lícitados”.

— Não somos contra repartir as riquezas do pré-sal com os demais estados e municípios, desde que seja de forma justa e equilibrada — disse.

## Wellington anuncia reunião de bancadas com Sarney para discutir MP

As bancadas dos estados não produtores de petróleo devem se reunir hoje com o presidente do Senado, José Sarney, para discutir a MP que destina à educação recursos da exploração do minério. O anúncio foi feito ontem por Wellington Dias (PT-PI).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo o senador, considerando apenas áreas licitadas, o petróleo pode garantir o dobro de recursos anuais para a educação (R\$ 150 bilhões) e ainda gerar um excedente (R\$ 200 bilhões) que deveria ser aplicado em áreas como saúde, segurança e infraestrutura.

Wellington disse que também deverá ser analisado o veto de Dilma à proposta de redistribuição dos royalties.  
— É legítimo e legal o ato de fazer o veto, da mesma forma que o Congresso Nacional pode apreciar o veto.

## Lídice da Mata diz temer que a unificação do ICMS prejudique estados pobres

Lídice da Mata (PSB-BA) disse temer que, na discussão da proposta do governo de unificação do ICMS, que será enviada ao Congresso, “a corda arrebente do lado mais fraco, dos estados mais pobres”.  
Segundo a senadora, esses estados, para terem uma possibilidade mínima de instalação de empresas em seus territórios, tiveram que recorrer à guerra fiscal contra o Sul e o Sudeste.



Moneira Moritz/Agência Senado

Na opinião de Lídice, o Brasil precisa de uma política permanente de integração do Nordeste ao desenvolvimento do país. Ela afirmou que o pacto federativo precisa ser revisto a fim de que as políticas públicas cheguem diretamente à população. Defendeu também a distribuição igualitária dos royalties do petróleo.

## Rolleberg elogia destinação de 100% dos royalties à educação

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) elogiou a sensibilidade da presidente Dilma Rousseff ao destinar à educação 100% dos recursos dos royalties dos futuros contratos de concessão de petróleo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— A história tem nos mostrado que o progresso de um país depende da educação do seu povo. Sem formação, não há produtividade, e sem produtividade, não há crescimento — afirmou.

Ele mencionou as lacunas no sistema educacional, como a existência de 14 milhões de analfabetos e os “resultados trágicos” do país em avaliações como o Ideb.

— Não há investimento que produza mais resultados econômicos do que em educação. Não conhecemos nenhum analfabeto filho de família alfabetizada — disse.

## Inácio pede calma na discussão de temas ligados ao pacto federativo

Temas que envolvem a Federação — como o Fundo de Participação dos Estados (FPE), alíquotas do ICMS e os royalties de petróleo — devem ser examinados com calma e tranquilidade, disse Inácio Arruda (PCdoB-CE). O senador destacou que, na época da descoberta do petróleo no pré-sal, foi aprovado um aporte do Tesouro Nacional de R\$ 50 bilhões para a Petrobras.  
— É dinheiro do Brasil, de todos os estados. É o Brasil inteiro investindo na expectativa de explorar uma de suas maiores riquezas — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Inácio disse apoiar o vínculo dos royalties à educação, mas considerou que o método de distribuição não está bem ajustado, pois a situação financeira dos estados os leva a comprometer com dívidas até 19% dos repasses que recebem.



Presidida pelo senador Vital do Rêgo (D), comissão deve votar dia 11 o relatório final, que tem mais de 5 mil páginas



Geraldo Magela/Agência Senado

# CPI do Cachoeira adia votação para terça-feira

Comunicado informa que adiamento foi pedido por lideranças partidárias, e relator terá mais tempo para negociar mudanças no seu texto

PREVISTA PARA HOJE, a votação do relatório final da CPI do Cachoeira foi adiada para terça-feira, dia 11. No mesmo dia, as atenções no Senado devem estar voltadas para os esclarecimentos do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e do advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, sobre a Operação

Porto Seguro, da Polícia Federal, em que foram presos integrantes do governo.

De acordo com comunicado divulgado pela CPI, o adiamento foi pedido por lideranças partidárias.

Para garantir a aprovação, o relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), tem se mostrado disposto a negociar mudanças. Entre as principais queixas dos parlamentares que criticam o relatório, está o fato de Cunha não citar recebimento de dinheiro da construtora Delta por empresas cujo sigilo não foi quebrado pela CPI. Por isso, o senador Randolfe Rodrigues

(PSOL-AP) e o deputado Rubens Bueno (PPS-PR) anunciaram que podem apresentar voto em separado.

Além das críticas dos parlamentares considerados independentes, há queixas da oposição. Integrantes do PSDB não concordam com a recomendação do relator sobre o indiciamento do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Eles dizem considerar o relatório um instrumento de ataque político porque deixou de fora os governadores do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), e do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB).

## Simon lança livro que trata de CPIs e do julgamento do mensalão

Pedro Simon (PMDB-RS) lançará hoje no Congresso o livro *O Momento Supremo do Brasil — A justiça conquistada: das CPIs ao julgamento do mensalão*.

O senador classifica o julgamento de “um fato definidor na história do país, capaz de apontar um novo rumo ao Brasil”.

Além de uma análise sobre o histórico julgamento do mensalão, Simon aborda a atual CPI do Cachoeira, que, em sua opinião, produz uma página triste na história do Congresso ao deixar de aprofundar investigações sobre os corruptores.

O senador avalia, ainda, outras comissões



Waldemir Barreto/Agência Senado

Simon: CPI do Cachoeira é página triste na história do Congresso

parlamentares de inquérito já criadas no Congresso e as consequências delas na política nacional.

A obra, que fez parte da Feira do Livro de Porto Alegre, será lançada em noite de autógrafos hoje, no Salão Nobre do Senado, às 18h30.



Divulgação

## Taques critica Fux por ter pedido apoio a Dirceu

Pedro Taques (PDT-MT) criticou as revelações feitas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux à jornalista Mônica Bergamo, do jornal *Folha de S.Paulo*. Na avaliação dele, o relato de Fux de que pediu apoio a políticos — como o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu — para viabilizar a indicação revelou uma conduta que “só ocorre no Brasil”.

Taques criticou encontros de Fux com pessoas que já eram réus em ações penais no STF. Ele disse que, a partir de agora, esse deve ser um aspecto a ser avaliado nas sabinas de indicados a tribunais superiores no Senado.

— Eu, daqui para a frente, como senador da República, vou querer saber com quem o indicado conversou



Waldemir Barreto/Agência Senado

para chegar àquele ápice, o momento em que ele será ou não aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça — disse.

Para Taques, a realização de “campanhas” por candidatos à indicação ao STF pode comprometer a imparcialidade dos julgamentos daqueles que venham a se

tornar ministros.

No mesmo pronunciamento, Taques alertou para a necessidade de debater a eleição do novo presidente do Senado, em fevereiro. Segundo ele, do modo como atualmente é feita, a eleição para o cargo ocorre em jantares promovidos pela Presidência da República, sem a realização de qualquer tipo de discussão de propostas e posicionamentos dos candidatos com relação a temas de importância fundamental para o país.

## Couto se diz vítima de tentativa de extorsão

Em pronunciamento na tribuna, Mário Couto (PSDB-PA) se defendeu das acusações que disse estar sofrendo do jornal *Diário do Pará* e voltou a denunciar que está sendo vítima de tentativa de extorsão por parte de um advogado.

O parlamentar informou que encaminharia ao Senado e à Polícia Federal (PF) uma segunda gravação de uma conversa mantida com o advogado Paulo Hermógenes Guimarães, que seria o intermediário de oferta do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Belém, Elder Lisboa Ferreira.

Mário Couto acusa o magistrado de pedir dinheiro para retirá-lo de um processo que apura desvio de recursos da Assembleia Legislativa



Waldemir Barreto/Agência Senado

do Pará na época em que o atual senador presidia a Casa.

Couto repudiou uma reportagem publicada pelo *Diário do Pará* na semana passada com um desmentido do advogado.

De acordo com o jornal, os encontros gravados entre Couto e Hermógenes

foram feitos a convite do próprio senador, para debater eleições, e a tentativa de extorsão não teria existido. Couto afirmou que a versão é mentirosa.

— Tenho moral, não sou bandido e minha vida política é limpa — afirmou o parlamentar.

O senador também acusou um diretor do *Diário do Pará* de tê-lo procurado, na época em que ele era presidente da assembleia legislativa, para pedir benefícios.

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** José Sarney
- Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz
- Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka
- Primeiro-secretário:** Cícero Lucena
- Segundo-secretário:** João Ribeiro
- Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino
- Quarto-secretário:** Ciro Nogueira
- Suplentes de secretário:** Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

- Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333
- Editor-chefe:** Flávio Faria
- Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burl
- Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
- Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
- Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti
- Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)





Irrigação usando energia solar: mais de 25 milhões de hectares de solos aptos do país aguardam investimentos em sistemas de irrigação e de drenagem

## Avança projeto que institui a Política Nacional de Irrigação

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também decidiu encaminhar a proposta em regime de urgência para o Plenário

APÓS 17 ANOS de discussão no Congresso, foi aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto que institui uma nova Política Nacional de Irrigação.

A CRA também aprovou requerimento do relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), para que a proposta (PLS 229/95) seja encaminhada ao Plenário em regime de urgência.

A agricultura irrigada merece especial atenção no projeto, visto que 46% do consumo de água verificado no país decorre da atividade, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA). A adoção de sistemas de irrigação mal projetados ou operados pode gerar impactos ambientais, com desperdício de água e salinização do solo, tornando-o inapropriado para a atividade agrícola, segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que relatou a matéria na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto estabelece conceitos, princípios, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Irrigação. Os objetivos são: gerar trabalho e



Relator na CRA, Moka requereu urgência

renda; aumentar a produtividade dos solos irrigáveis e a competitividade dos produtores; contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos e gerar excedentes para exportação; otimizar o consumo de água; e colaborar para prevenir processos de desertificação.

O relatório sobre o projeto informa que a área irrigada nas Américas é de 48.384.878 hectares, dos quais 57,7% estão nos Estados Unidos; 13,3%, no México, e 6,5%, no Brasil, onde cerca de 30 milhões de hectares seriam de solos aptos para a agricultura irrigada. Destes, são irrigados apenas 4,45 milhões de hectares, conforme o Censo Agropecuario de 2006. Isso significa, destaca Moka,

que cerca de 85% dos solos aptos ainda aguardam investimentos em sistemas de irrigação e drenagem.

Para o relator, o crescimento da produção agropecuária no país, e mesmo a manutenção nos níveis atuais, não pode ser baseado na expansão da fronteira agrícola. É necessário que haja melhoria da produtividade.

O relatório aponta que o aumento de produtividade com o uso da irrigação pode alcançar 492% no feijão, 218% no algodão, 177% no milho, 115% no arroz, 104% no trigo e 62% na soja, de acordo com o Ministério da Agricultura.

A versão original do projeto foi apresentada em agosto de 1995, como conclusão parcial dos trabalhos da Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Em outubro de 2005, a proposta recebeu substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Depois de modificações em Plenário, seguiu para a Câmara, sendo submetida ao exame de diversas comissões. O projeto retornou ao Senado em julho de 2012 e agora tramita como substitutivo da Câmara.

## Proposta beneficia em licitação empresa que tenha ação ambiental

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária também aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei que inclui exigências de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. O projeto será enviado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde terá decisão terminativa (votação final no Senado).

O PLS 5/11 altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) para estabelecer que o

critério de desempate assegure preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país e em projetos e programas voltados para a proteção do meio ambiente.

A alteração revoga o trecho que garante preferência para os bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

Elaborado por Magno Malta (PR-ES)

e relatado por Acir Gurgacz (PDT-RO), o projeto havia sido aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A nova redação aprovada em substitutivo, de acordo com Gurgacz, assegura maior lisura à contratação, no sentido de que o órgão público que objetive realizar a licitação tenha uma norma interna que defina os critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser levados em consideração.

## Casildo diz que governo precisa enviar ao Congresso proposta de um marco legal para a Defesa Civil

Casildo Maldaner (PMDB-SC) voltou ontem a cobrar do governo a definição de um marco regulatório para a Defesa Civil. Segundo o senador, após aprovar medida provisória com nova configuração da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, no início do ano, o governo se comprometeu a enviar outra proposta, com previsão de fundo a ser usado na prevenção de desastres naturais.

— Até agora, aguardamos que a

responsabilidade com milhares de vidas fale mais alto — afirmou.

O senador, relator da Comissão Temporária de Defesa Civil, que funcionou em 2011, citou dados da ONG Contas Abertas: entre 2000 e 2011, o Ministério da Integração Nacional aplicou em prevenção menos de 10% do valor gasto em resposta aos desastres.

Casildo lembrou que as chuvas de verão trazem “tragédias anunciadas”, que, além de recursos, consomem



Senador explica que são aplicados em prevenção menos de 10% do valor gasto após os desastres

vidas. A ajuda aos locais atingidos, segundo ele, demora meses, por causa da centralização no governo federal.

## Senado aprova MP que libera verba para municípios atingidos pela seca

O Plenário do Senado aprovou ontem a Medida Provisória 583/12, que destina R\$ 676 milhões para o atendimento às populações atingidas por secas prolongadas, em especial as do semiárido nordestino.

De acordo com a MP, R\$ 500 milhões serão utilizados na aquisição de alimentos, na disponibilização de cestas básicas e no abastecimento de água para consumo — mediante a utilização de carros-pipa, a construção de pequenos sistemas de abastecimento de água e o restabelecimento de infraestruturas avariadas.

O restante do crédito, R\$ 176 milhões, será usado na concessão do Auxílio Emergencial Financeiro — que fornece apoio financeiro para famílias com renda de até dois salários mínimos que residem nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência. De acordo com a MP, o auxílio priorizará pequenos agricultores não enquadrados no Garantia-Safra.

A MP, aprovada pela Câmara dos Deputados em novembro, vai para a promulgação.



Produtores estão em extrema dificuldade e o acesso a crédito não é facilitado, diz Cássio

## Cássio afirma que seca “destrói por completo microeconomia do Nordeste”

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ocupou a tribuna do Plenário para chamar a atenção do governo federal para a gravidade da seca no semiárido nordestino. Segundo ele, a longa estiagem destruiu “por completo” a microeconomia da região.

O senador afirmou que os produtores rurais estão em extrema dificuldade, inclusive porque o acesso a crédito não é facilitado:

— Os nossos produtores estão endividados. Não há suplementação alimentar para o rebanho, porque o governo não consegue gerenciar a logística mínima para distribuição, por exemplo, do milho.

Cássio pediu à presidente Dilma Rousseff um decreto que reconheça o estado de emergência na maior parte dos municípios da região. Com o decreto, explicou, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) poderia comprar estoques de grãos sem licitação, possibilitando a chegada mais rápida dos alimentos às áreas afetadas.

Além da seca inclemente, o senador disse que as obras de transposição do Rio São Francisco estão paralisadas e que o suprimento de água por carros-pipa é insuficiente.

— O tempo está passando, a situação se agravando e o Nordeste, na sua economia, continua ao deus-dará.



Paulo Paim (3º à dir.) conduz audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre projetos de leis trabalhistas



Márcio Kallmeier/Agência Senado

## Debatedores: projetos de leis trabalhistas não avançam

Representantes do Ministério Público, da Justiça e de trabalhadores disseram que propostas sobre demissão voluntária, assédio moral e terceirização não são aprovadas por falta de vontade política

A FALTA DE vontade política para aprovar projetos de lei sobre assédio moral, terceirização e demissão voluntária foi ressaltada pelos debatedores na audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que há vários projetos tramitando no Senado e na Câmara, mas que sofrem pressão do governo para a não aprovação. Por isso, o senador propôs a criação de uma comissão mista que ajude a acelerar a análise de propostas trabalhistas.

Um desses projetos diz respeito ao plano de demissão voluntária (PDV) dos Correios e define condições de retorno a quem adere ao plano.

— Nós só temos condições de resolver essas questões

quando a situação no mundo do trabalho é favorável. Se se diz que está em pleno emprego, então é a hora de a gente resolver. Quando se está em pleno desemprego, ninguém resolve nada — afirmou Inácio.

A comissão, presidida por Paulo Paim (PT-RS), formou três mesas com representantes de vários órgãos, como o Ministério Público do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Ministério do Trabalho, além de representantes dos “pedvistas” (funcionários que aderiram a planos de demissão voluntária). Também participaram Eduardo Suplicy (PT-SP), Ana Rita (PT-ES) e Wellington Dias (PT-PI).

A vice-presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, afirmou que o assédio moral é estudado há pouco tempo, mas crescem na Justiça os casos que

tratam desse tipo de problema.

Com relação à terceirização, todos os convidados disseram que é um fenômeno crescente e irreversível, causando muitas vezes condições precárias de trabalho.

O procurador Jonas Ratier Moreno, do Ministério Público do Trabalho, afirmou que a terceirização nas indústrias de confecção em São Paulo caracteriza trabalho escravo urbano. Para ele, a terceirização deve estar ligada à especialização e à atividade-meio da empresa, nunca à atividade-fim.

A representante dos “pedvistas”, Rejane Ávila Cavalcanti Bezerra, contou que aderiu a um PDV em 1999 e está há 12 anos lutando pela reintegração à empresa, já que o governo não cumpriu a parte dele no acordo.

— Temos casos de “pedvistas” mendigos.

## Ângela celebra ampliação do Programa Brasil Carinhoso

O Programa Brasil Carinhoso, do governo federal, voltado a crianças de zero a 6 anos em situação de extrema pobreza, passou a atender também crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, comemorou Ângela Portela (PT-RR). Com a expansão, observou a senadora, mais 8 milhões de crianças passam a ser beneficiadas pela ação, que faz parte do Plano Brasil sem Miséria.

— Outra boa notícia é previsão, dentro do Brasil Carinhoso, de aumento de 66% nas verbas de creches e pré-escolas, destinadas à alimentação dos alunos e à construção de novas unidades — destacou.

Segundo Ângela, balanço do Ministério do Desenvolvimento Social aponta que os programas de transferência de renda do governo federal já reduziram em 40%

a miséria no país. Desde junho, o Brasil Carinhoso tirou 2,8 milhões de crianças da extrema pobreza. O total de beneficiados, contada a família inteira, chega a 8,7 milhões. Também foram distribuídos sulfato terroso e medicamentos para asma.

A senadora informou ainda que a ampliação do Brasil Carinhoso representará um acréscimo de R\$ 1,74 bilhão no orçamento do Bolsa Família. O Ministério da Saúde também vai ampliar o Programa Saúde na Escola, que de junho a outubro deste ano conseguiu fornecer vitamina A a 2,9 milhões de crianças entre 6 meses e 5 anos.

— Eu, como relatora revisora no Senado da Medida Provisória do Brasil Carinhoso, vejo agora os resultados obtidos pelo programa nas condições de vida das nossas crianças — elogiou.

Programa incluirá crianças maiores e adolescentes até 15 anos, anuncia Ângela Portela



Waldemir Barrato/Agência Senado

### Lopes: governo deve liderar mobilização social contra as drogas

A dependência das drogas é uma “chaga que condena milhões de brasileiros a uma existência degradada”, disse Eduardo Lopes (PRB-RJ). O senador convocou a sociedade a se mobilizar no enfrentamento do problema do aumento do uso de drogas no país e defendeu ações do governo federal para liderar o movimento.

— Além da devastação psicológica, física, moral e econômica e da dependência incondicional que impõe a seus usuários, a droga está associada ao crime em escala crescente, bem como à deterioração dos costumes e à erosão de famílias — afirmou, criticando as ondas de estúpida “glamorização” que despertam nos jovens interesse pelas drogas.

Lopes disse que o crack surgiu na década de 1980, principalmente nos grandes centros urbanos, mas se expandiu para o interior, e hoje quase todos os municípios do Rio de Janeiro já conhecem “essa dolorosa experiência”.

— Esse problema diz respeito a toda a sociedade, família, escola, organizações religiosas, associações de classe, sindicatos e também empresas — disse.

### Paim espera aprovação em 2013 do Estatuto da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-SP) disse esperar a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência no próximo ano, de preferência a tempo de ser sancionado antes do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (21 de setembro). O projeto, de autoria do senador, aguarda votação na Câmara dos Deputados.

— As pessoas com deficiência só precisam de oportunidade para mostrar a todos sua capacidade — afirmou Paim, ressaltando que o estatuto interessa a cerca de 46 milhões de pessoas.

O senador destacou a abertura, na segunda-feira, da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), em Brasília.

Em aparte, Wellington Dias (PT-PI) elogiou a realização de uma conferência específica para as pessoas com deficiência, destacando que o evento permite o planejamento de ações para o ano inteiro.

Paim também registrou a comemoração do Dia Nacional do Orientador Educacional, ontem, e elogiou o trabalho da Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul (Aoergs) na formação permanente de profissionais.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador Roberto Requião preside reunião da Comissão de Educação, que tem na pauta o projeto do Ato Médico

## Ministros debaterão Ato Médico na próxima semana

A Comissão de Educação (CE) realizará na próxima terça-feira uma audiência sobre o projeto do Ato Médico (PLS 268/02), que regulamenta o exercício da medicina.

Segundo o presidente da CE, Roberto Requião (PMDB-PR), a votação da proposta ocorrerá no mesmo dia, logo depois do término da audiência.

Serão convidados os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e da Educação, Aloizio Mercadante, e o presidente do Conselho Nacional de Educação, José Fernandes

de Lima.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado por João Capiberibe (PSB-AP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Capiberibe foi o primeiro a pedir vistas do projeto, há uma semana, após a leitura do relatório favorável de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Na reunião de ontem, Capiberibe afirmou que ainda tinha dúvidas a respeito do projeto, especialmente no que se

refere à possibilidade de outros profissionais, como agentes de saúde, diagnosticarem doenças como a malária, em locais onde não existam médicos.

— Uma vez aprovado esse projeto, um agente de saúde localizado no garimpo do Caciporé vai poder recomendar e aplicar o remédio? No caso de municípios que não têm médico, haveria punição ao farmacêutico que prescrevesse um medicamento? — questionou Capiberibe, ao defender a ampliação do debate sobre o tema.